

Crise e crítica do marxismo: contribuições teóricas de Henri Lefebvre, Moishe Postone e Robert Kurz para uma crítica radical do capital

Thiago Canettieri

Departamento de Urbanismo / UFMG

thiago.canettieri@gmail.com

Resumo: Primeiramente identifica-se uma crise no campo da elaboração teórica do marxismo. Em seguida, aborda-se como autores, de dentro deste mesmo campo, elaboram teorias renovadas buscando superar essa crise. O texto foca na obra de três autores marxistas, à saber, Henri Lefebvre, Moishe Postone e Robert Kurz. Todos os três são autores marxistas heterodoxos e propõem críticas ao marxismo tradicional. A partir da análise dos elementos centrais de cada uma das obras, o texto apresenta aproximações possíveis no pensamento de Lefebvre, Postone e Kurz de modo que possa contribuir para uma renovação da teoria marxista.

Palavras-chave: teoria marxista; história do pensamento marxista; Henri Lefebvre; Moishe Postone; Robert Kurz

Área Temática: História econômica, do pensamento econômico e demografia histórica

Introdução

A década de 1980 foi um período conturbado para a crítica marxista. Com a derrocada da URSS, muito do marxismo também foi ladeira abaixo, indicando um golpe duro no pensamento crítico e uma relativa vitória do neoliberalismo. Tal ruptura foi identificada por uma série de autores dentro do campo marxista (ALTHUSSER, 1978; ARONOWITZ, 1981; ANDERSON, 1982; BADIOU, 1985; CASTORIADIS, 1992), e muitos não tinham o que oferecer para lidar com essa situação¹. A crítica da economia política parecia ser um capítulo encerrado na história do pensamento. Aquele que capturou essa situação foi o intelectual declaradamente antimarxista Francis Fukuyama, que escreveu sobre o fim da história. Depois da queda do socialismo existente e da imposição da economia de mercado em escala planetária, parecia não haver mais dúvidas de sua tese.

Entretanto, o crescimento errático pós-1970, que serviu para a implementação da razão neoliberal, tinha pés de barro: a prosperidade a crédito se degradou rapidamente em sucessivas crises econômicas, até que, em 2008, fomos testemunhas de uma das crises mais profundas já experimentadas no capitalismo moderno. O cenário é, então, conformado pelo aprofundamento das desigualdades, pela expansão da pobreza, pelo aumento do desemprego estrutural e pelo endividamento generalizado.

Depois disso, parece não restar dúvidas que a crítica de Marx não foi completamente exorcizada. Sua sombra continua presente – poderíamos sugerir que seu pensamento continuará atual enquanto existirem as determinações do capital².

Contudo, mesmo nos anos de recuo do marxismo, ainda houve aqueles que levaram seu pensamento a sério e buscavam um Marx que fosse capaz de refletir sobre os problemas do final do século XX e sobre o *novo tempo do mundo*³ que se abria no horizonte.

Neste artigo, delimito como objetivo a discussão e a aproximação da obra de três autores que, de certa forma, foram *sobreviventes* desse fechamento do marxismo do século passado e, simultaneamente, se tornaram responsáveis por um movimento de *renovação* do marxismo que passou da interpretação do chamado *marxismo tradicional* ao escrutínio da *crítica*. Os autores são: Henri Lefebvre, Robert Kurz e Moishe Postone⁴. As obras desses autores não têm conexões claras e óbvias, mas pretendo arriscar essa aproximação para propor pensar um movimento em três níveis. Em primeiro lugar, eles se engajaram em uma tentativa de apontar e superar os limites do marxismo tradicional, cada um por uma via própria. Em segundo, os três autores se preocuparam em oferecer interpretações originais sobre a obra de Marx no sentido de avançar na tarefa da crítica do estado atual das coisas e, por fim, tiveram uma atenção especial para com a categoria de crise, que me parece ser central para entender este novo tempo do mundo.

Evidentemente, a aproximação entre os três não é trivial. É importante ressaltar, no entanto, que eles guardam profundas diferenças entre si que pretendo abordar brevemente neste artigo. Todavia, ainda assim, penso ser essa uma aproximação proffuca. Uma abordagem eclética, mas que esteja firmemente alicerçada numa interpretação de Marx, pode, a meu ver,

¹ Sobre isso, vale ter em conta a lembrança de Topalov (2013, p.4), que afirma: “[...] comme pour symboliser le retournement de conjoncture – Nicos Poulantzas se suicida em 1978 et Louis Althusser fut interné em 1980.”

² Não por outro motivo, Marx figura entre capas e manchetes de jornais em todo o mundo. Foi capa da *Die Spiegel* sobre a *crise dos subprimes*, além de figurar em uma série de artigos no *The Guardian*, no *New York Times*, na *The Economist*, entre outros.

³ Aqui a expressão é de Paulo Arantes, que penso retratar uma acurada filosofia da história para o momento presente. Cf. ARANTES, Paulo. 2014. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo.

⁴ Evidentemente, outros autores poderiam ser incluídos aqui.

oferecer uma oportunidade para pensar um pouco mais sobre as heranças e sobre as possibilidades de interpretação da obra do autor para o tempo presente, evitando assim uma crítica engessada, incapaz de dizer que horas são. Muito embora esses três autores desenvolvam suas reflexões num elevado nível de abstração, penso que as obras deles têm implicações para uma práxis política hoje.

Kurz e Postone, mas também, em alguma medida, a obra tardia de Henri Lefebvre, deslocam o eixo da crítica que, até então, serviu de espinha dorsal para o marxismo tradicional. Em algum nível, os três pensadores rechaçam a compreensão do capitalismo em termos de uma dominação direta de classes derivada da propriedade privada dos meios de produção. Para eles, a crítica deve operar num nível mais fundamental, questionando as formas básicas do capitalismo que estruturam a totalidade da vida social, a saber: o valor, o trabalho, a mercadoria e o dinheiro.

O tempo presente revela problemas com os quais a tarefa da crítica tem de se haver para continuar viva. É necessário pensar um outro rearranjo para os conceitos e as categorias da crítica, de modo que eles não sejam mais anacrônicos. Não é preciso abrir mão de Marx. Sua teoria continua a pedra angular para qualquer crítica do capital que queira ser levada a sério. Mas é fundamental saber que o que ele desenvolveu – e muitos depois dele – encontrou, por conta do próprio movimento histórico das formas sociais, alguns limites para lidar com o real do capital e com o estado atual das coisas – uma espécie de muro que limita o seu avanço, seja teórico ou político. Sendo assim, penso que revisitar a contribuição crítica desses autores pode colaborar para o efetivo entendimento do capitalismo em crise.

O presente artigo se estrutura da seguinte forma: primeiramente apresento alguns elementos da obra desses três autores. Não tenho qualquer pretensão de ser exaustivo nem de realizar uma exegese de cada um deles. Pelo contrário, penso em uma apresentação, a contagotas, de algumas das facetas que julgo como centrais no pensamento desses pensadores e que, a meu ver, justificam uma aproximação profícua entre eles, que será explicitada na seção seguinte. Em seguida, pretendo apresentar alguma consequência do pensamento dos três para trabalhar o conceito de crise e, na próxima parte, o conceito de crítica. Por fim, apresento as considerações finais, estruturadas na forma de algumas questões que ainda continuam irrefletidas e que indicam uma agenda de pesquisa para o futuro.

Henri Lefebvre e a sobrevivência do capitalismo

Henri Lefebvre se dedicou, sobretudo a partir do final dos anos 1960, a uma reflexão ingrata: como e por que o capitalismo consegue sobreviver e se reproduzir?

Para entender a sobrevivência do capitalismo, Henri Lefebvre (1973), em um ensaio importante, "*La survie du capitalisme*", argumenta ser necessário considerar dois fatores: o capitalismo sobrevive pela reprodução das relações sociais e pela produção do espaço. O estudo das obras de Henri Lefebvre indica sua grande preocupação em como esses fatores engendram as tramas reprodutivas do próprio capital como poder alienado e autonomizado. As relações sociais e o próprio espaço da sociedade são mimetizados ao capital: produção e reprodução ocorrem à sua imagem e semelhança.

Mas Lefebvre percebe um movimento mais fundamental que informa sobre a sobrevivência do capitalismo. As contradições internas desse modo de produção o levam por um processo *revolucionário* (a expressão é do próprio Karl Marx), que transforma as bases de sua acumulação sem, entretanto, alterar as formas de mediação social. Assim, o capital pode se tornar independente do que acontecia exclusivamente nas fábricas. A área de sua legislação se ampliou para além dos muros das grandes indústrias – Marx, no século XIX, apenas pôde ver

esse momento. Foi Lefebvre ([1972] 2016, p.68) quem indicou, em seus escritos, essa transformação:

A situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num front muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber, a reprodução das relações de produção. Essa reprodução das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro.

O desenvolvimento contraditório das formas sociais tem colocado em papel de destaque não o âmbito da produção (como foi, no passado, no tempo de Marx), mas, sobretudo, o da *reprodução* (e essa me parece ser a grande sacada de Lefebvre, e que o torna diferente de tantos outros marxistas).

É esta a chave que devemos ter para interpretar todo o alcance do projeto de vida de Lefebvre ([1947] 2008): *Critique de la vie quotidienne*. Lefebvre empreende, nesse sentido, um esforço de aproximar o marxismo a um conhecimento crítico da vida cotidiana, pois é nesse terreno, a reprodução corriqueira da vida, que o capital – como poder abstrato e alienado – pode realizar contraditoriamente seu conceito⁵.

Dessa maneira, Lefebvre (2008, p.168) demonstra como a força do capital está na trama fina da vida cotidiana, e que só é possível compreender a totalidade desse modo de produção na medida em que se empreende uma investigação crítica do cotidiano.

Conforme Lefebvre (2008) argumenta, foi necessário um movimento da crítica da economia política em direção ao terreno da “*vie quotidienne*”. O próprio autor esclarece que não se tratou de um “erro” de Karl Marx alocar o problema do estranhamento apenas na esfera produtiva – a forma do capitalismo naquele momento não poderia levar a considerações diferentes. Entretanto, desde então, a forma de reprodução do modo de produção capitalista se desenvolveu para além da indústria. Essa intuição permitiu a Henri Lefebvre desenvolver uma concepção muito mais ampla – e mais ajustada para os desenvolvimentos do capitalismo no século XX – de alienação: ela não se restringe mais ao âmbito da produção, ao momento do trabalho, ao território da fábrica, mas sofre um processo de *implosão-explosão* e alcança as práticas de reprodução cotidiana, se expandindo sobre o próprio cotidiano e transformando-o no terreno da dominação no capitalismo.

As consequências desse efeito são importantes para entender as transformações do capital ao longo de todo o século XX. Lefebvre estava atento à prática social e pôde perceber como ela se alterava ao longo do tempo, tornando-se cada vez mais subjugada a um poder externo e autonomizado. As formas abstratas nas quais as relações sociais do capital se realizam parasitam, e não poderia ser de outra forma, o próprio mundo da vida [*Lebenswelt*], totalizando-o de cima para baixo por meio das abstrações do pensamento que se realizam efetivamente, ou seja, uma *abstração real* que pesa e constrange a vida cotidiana numa dupla determinação.

Robert Kurz e sua teoria do colapso

Robert Kurz, escrevendo na virada do século XX para o XXI, de um posto de observação avantajado, a Alemanha dos anos 1980, percebeu que a *cortina de ferro* que dividia seu país ao meio entre *capitalistas* e *socialistas* não impedia o avanço inevitável de um colapso. Em dois textos seminais, *A crise do valor de troca* (KURZ, [1986] 2018) e o *Colapso da modernização*

⁵ Segundo Lefebvre (1978, p.451): “c'est dans la vie quotidienne que les contradictions se dissimule et se revele”.

(KURZ, [1991] 1993), o autor percebe – auxiliado pela sua leitura atenta da obra de Marx – as consequências inevitáveis do movimento contraditório do capital.

Mobilizado pela busca ensandecida por *acumular mais*, os capitais individuais são pressionados pela lei coercitiva da concorrência que se digladiam pela sobrevivência. Dessa forma, o investimento no ganho de produtividade é inevitável.

Aqui fica evidente a contradição do movimento do capital. Nas palavras do próprio Marx ([1858] 2011, pp.942-943):

O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza.

Essa tendência de automação Marx denominou como o processo secular de aumento da composição orgânica, em que os capitais individuais passam a ter um gasto cada vez menor com o trabalho vivo. Como uma parte cada vez menor do capital é despendida na mobilização de trabalho humano, o capital absorve sempre uma quantidade menor de valor em proporção à sua grandeza. Com o desenvolvimento das forças produtivas e a composição orgânica do capital nos termos apresentados, cada vez mais elevados – ou seja, uma proporção cada vez maior de meios de produção e, conseqüentemente, menor de trabalho vivo –, no conjunto da produção global, cada mercadoria absorve menos trabalho vivo. Cada mercadoria individual contém, assim, uma soma menor de trabalho objetivado nos meios de produção.

É possível observar que as inovações produtivas e tecnológicas caminham para uma reorganização da composição orgânica do capital. Os capitais, pressionados, entre outros fatores, pela organização dos trabalhadores e pela lei coercitiva da concorrência, passam a organizar a extração de mais-valor por meio de sua forma relativa (em que o tempo relativo ao trabalho comprime e, dessa forma, aumenta o tempo excedente). Essa é a chave de interpretação necessária para destrancar o primeiro nível do labirinto: a ideia do mais-valor relativo, conceito usado por Marx num ponto crucial de seu texto e que é, ao mesmo tempo, uma categoria analítica e uma categoria real da reprodução social total do capital.

Uma vez pressuposto um limite físico absoluto (tanto em relação à duração do tempo de trabalho como em relação à intensidade do trabalho) e um limite socialmente relativo do dia de trabalho (ou pelas limitações impostas pelo movimento operário ou pelas imposições das intervenções estatais), a valorização do valor se transforma de um movimento absoluto e extensivo em um movimento relativo e intensivo. O fundamento da valorização é, e continua sendo, o mais-valor enquanto tal, ou seja, o fato de que o ganho capitalista, aparentemente o “output”, medido em termos de valor, dos agregados totais, o trabalho vivo e morto, não é nada mais que a parte respectiva de um novo valor criado pelo trabalho vivo para além de seus próprios custos de reprodução. No entanto, a parte capitalista através de seu crescimento dependerá da intensidade e do aumento relativo do mais-trabalho mediado pelo desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, da progressiva automação do processo de produção (KURZ, 2018, pp.46-47).

“O meio de trabalho liquida o trabalhador” – escreve Marx ([1867] 2013, p.504). Dessa maneira, sabidamente, se situa a autonomização dos meios de produção, a verdadeira universalização do capital. Kurz vê aí uma das contradições fundamentais desse metabolismo

social, levando à tendência decrescente da taxa de lucro, como postulado na obra de Marx. Isso significa, como demonstrado, que cada vez mais a população tem menos emprego – tendência essa interna ao próprio desenvolvimento do capital. Ou seja, uma sociedade capitalista baseada no mais-valor relativo generaliza o desemprego. Essa situação ficou clara desde meados dos anos 1970, quando, afirma Kurz (2018, p.61), “observamos um ciclo independente de desemprego em massa, que tem crescido de forma quase autônoma em relação aos ciclos conjunturais”.

Em adição, tem-se o fato – fundamental – de que, com o desemprego, acontece uma redução do consumo, porque cada vez mais pessoas são menos empregáveis (e aí é criada toda sorte de tentativas de driblar essa situação, como políticas sociais ou o endividamento), sendo possível chegar a uma conclusão de impacto social: cada vez mais, o desemprego é o ser do trabalho na contemporaneidade.

A questão em torno da generalização da condição do desemprego é decorrente da dinâmica contraditória do capital. Seu próprio desenvolvimento, na escala dos capitais individuais, coloca pressão para que haja o aumento da produtividade, e o faz na medida em que exclui o trabalho vivo do processo produtivo. Portanto, para Kurz, há um limite interno e absoluto da socialização do valor que, com a Quarta Revolução Industrial, da microeletrônica e da automação, fica completamente evidente. Eis, assim, o colapso inevitável dessa forma-social.

Moishe Postone e uma teoria da dominação social

Ao refletir sobre a *crítica* de Marx, Moishe Postone ([1993] 2014) oferece uma interpretação muito peculiar e, na mesma medida, potente. Sua forma de ler Marx não o restringe aos marcos da economia. Para Postone⁶, o entendimento de toda extensão da obra de Marx estaria condicionado à capacidade de levar a sério o subtítulo de sua obra final, *O capital*, a saber: *crítica da economia política*. Isso significa que Marx não estava preocupado em destrinchar analiticamente em busca de explicações o funcionamento corrente de uma economia, a produção das “riquezas das nações”, muito embora tais elementos estivessem presentes em sua obra. A intenção de Marx estaria, de acordo com Postone, direcionada à compreensão crítica do fenômeno de mediação social que se desenrola sob a égide do capital, configurando um fenômeno historicamente determinado de dominação social.

Postone vai mais longe: a crítica de Marx não se restringe a uma crítica do *ponto de vista* da classe trabalhadora – como foi o mote do desenvolvimento do que o autor chama de *marxismo tradicional*. Segundo essa interpretação, o *problema* do capitalismo estaria limitado a uma agenda de classes: a burguesia, detentora dos meios de produção, oprime os trabalhadores, pois acumula os produtos do trabalho social, enquanto deixa na escassez a classe dos trabalhadores. A solução do problema estaria unicamente na esfera da distribuição. Esse esquema teórico esbarra num moralismo que beira o proprietarismo – o que uma classe produziu deve ser dela⁷. O “problema” do capitalismo não é apenas o de uma injustiça em torno das formas como se apropria das parcelas da riqueza socialmente produzida.

A verdadeira questão que o capitalismo coloca, mascarada pelos hieróglifos modernos da mercadoria, é a dominação social que essa relação social engendra sob o marco do trabalho

⁶ Vale notar, também para Henri Lefebvre e Robert Kurz.

⁷ A bem da verdade, essa formulação está no próprio Marx, em seus escritos anteriores aos *Grundrisse* e a *Das Kapital*. O ponto é que sua última formulação oferece um caminho diferente desse, questionando os fundamentos da mediação social do capital e não apenas a distribuição possível de ser realizada dos itens produzidos por uma dada sociedade.

abstrato, confirmado e reconhecido pela ideologia estruturada. A base dessa leitura foi a descoberta feita por Marx (2011) nos *Grundrisse* e a confirmação de que o capital não é uma simples relação de exploração de classe contra classe (como dominação direta) fundada na propriedade privada. Tudo isso é condição necessária do processo, está claro, mas a mediação social se dá num nível totalmente opaco, o do trabalho abstrato e da forma-valor, o fundamento mais profundo que subjaz a isso tudo, tornando a dominação impessoal, quase-objetiva, em suma, fetichista.

Trata-se, para Postone, de entender a crítica de Marx como uma exposição da dominação abstrata pelo tempo, colocando em questão uma forma específica de dominação que é impessoal.

A dominação social no capitalismo, no seu nível mais fundamental, não consiste na dominação das pessoas por outras pessoas, mas na dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas constituídas pelas próprias pessoas (POSTONE, 2014, p.46).

A forma de mediação do capital é uma forma de interdependência para a produção da vida que se realiza por intermédio de relações sociais constituídas por formas determinadas de prática social que, não obstante, se tornam quase independentes das pessoas engajadas nessas práticas. Como afirma Postone (2014), esse resultado é uma forma historicamente inédita de realização da dominação social que vai, ao longo de seu autodesenvolvimento, tornando-se cada vez mais abstrata e autonomizada, sujeitando as pessoas a imperativos e coerções estruturais.

Assim, para que aconteça o metabolismo social com a natureza e para que o ser humano supra suas necessidades biológicas e sociais, é necessária uma forma de mediação que Marx (2013) analisa sob o marco do capitalismo. Esta, por sua vez, guarda “determinações de formas” [*Formbestimmtheiten*] que dizem respeito ao caráter histórico dessa mediação; são criadas formas específicas de relação social que garantem a esse “sujeito abstrato” se realizar. Por isso, cabe aqui defender a centralidade da categoria valor, tal qual feita por Postone (2014).

Pode-se dizer que o valor, portanto, não é limitado a uma esfera específica da vida social, mas funciona como uma forma *a priori*, num sentido kantiano: na moderna sociedade produtora de mercadorias, tudo que existe só é percebido – traduzido simbolicamente – como *quantidade de valor*, ou seja, como tempo de trabalho. O valor, portanto, funciona como uma mediação universal: uma espécie de princípio sintético de toda a sociedade. Trata-se, portanto, de uma forma social total, que encaminha o mundo todo para seu próprio idêntico.

N’*O capital*, o autor designa o valor como a quantidade de trabalho socialmente necessária para a sua produção. Com isso, Marx (2013) inverte a teoria do valor dos economistas clássicos: na economia capitalista, as relações de produção necessariamente adquirem a forma de valor das coisas, e só podem aparecer nessa forma material; o trabalho social só se expressa na forma-valor. Não é por menos que ela designa uma relação social entre pessoas.

É esse o desenvolvimento que Marx (2013) abarca em sua teoria do valor-trabalho que, como sabido, não é mera economia política, mas, na verdade, a sua crítica – e como tal deve ser entendida. Dessa maneira, ao tratar da ideia de valor – que aparece de maneira superficial e fenomênica em economistas políticos como Ricardo –, Marx estaria oferecendo uma crítica teórica da dominação social que ele engendra, tese sustentada por Postone. Em suas palavras: “valor não é essencialmente uma categoria de mercado” (POSTONE, 2014, p.147). O argumento de Postone oferece, portanto, um quadro mais matizado da categoria valor em Marx para que se possa desenvolver uma crítica não apenas no âmbito da distribuição, mas, mais fundamentalmente, na forma como acontece o metabolismo social e as relações sociais que o

ordenam no conjunto da vida social. Trata-se, portanto, de uma categoria de *dominação social* que traduz categorialmente as formas de ser e as determinações de existência dessa forma histórica de mediação social.

Aproximações entre Lefebvre, Kurz e Postone

Será possível aproximar Lefebvre, Kurz e Postone? Todos eles dialogam com a teoria marxista: foram intérpretes das obras de Marx em estudos minuciosos. Entretanto cada um enveredou por um caminho, colocando em relevo um ou outro objeto, dando ênfase a uma ou outra formulação marxiana. Sabe-se que há tantos marxismos quanto marxistas no mundo e, em geral, tidos como incompatíveis e concorrentes entre si. Há várias disputas dentro do corpo teórico do marxismo em torno de uma interpretação mais exata do que Marx havia escrito, de qual a sua posição sobre determinados assuntos e outras querelas.

Aqui, por outro lado, arrisco a aproximação não no sentido de um mero diletantismo ou pluralismo por si só. Há, evidentemente, várias divergências no pensamento desses autores, mas também existem algumas aproximações: i) todos lidaram diretamente com a obra de Marx, não sendo “intérpretes de intérpretes”; ii) foram influenciados – explicitamente – pelo texto seminal de Lukács ([1923] 2009), *História e consciência de classe*; iii) empreenderam uma interpretação inovadora e própria, tendo por base os textos de Marx; iv) lidaram com os problemas de seu tempo, a saber, a segunda metade do século XX, e, em alguma medida, a passagem para o século XXI. Contudo, tal aproximações não são suficientes para justificar uma vinculação direta entre as ideias desses autores.

Estou interessado em extrair momentos particulares desses autores, algo que possa contribuir para a compreensão do atual estado das coisas, mesmo que isso possa significar a profanação de algumas tradições. Como se sabe, a “crítica deve ser inescrupulosa” (MARX, [1843] 2014, s.p.). Evidentemente, isso não há de ser feito levianamente, mas considerar o entrecruzamento das ideias de Lefebvre, Kurz e Postone me parece lograr uma crítica mais assertiva da contemporaneidade.

Penso que é central, para a compreensão deste *novo tempo do mundo*, levar às últimas consequências a formulação de Lefebvre de que o capital se realiza, diferentemente de no tempo de Marx, como uma relação estranhada que acontece em todos os âmbitos da vida, na cotidianidade. O autor aloca na dimensão cotidiana a efetivação da alienação. Essa mudança na forma de o metabolismo social ocorrer pode marcar uma mudança de era geológica e representa um fato fundamental.

Essa “extensão da alienação” para todas as esferas da vida não está descolada do processo que Robert Kurz descreve: a tendência secular de elevação da composição orgânica do capital que, a cada novo ciclo de desenvolvimento tecnológico, passa a empregar mais máquinas – automatizando o processo de produção –, à medida que exclui o trabalho vivo das raias produtivas.

Marx apostava suas fichas em que esse processo levaria a uma revolução:

Um desenvolvimento das forças produtivas capaz de reduzir o número absoluto de trabalhadores, ou seja, em que toda a nação possa efetuar a produção total em um menor intervalo de tempo, provocaria uma revolução, pois inutilizaria a maior parte da população (MARX, 1965 [1894], p.274 *apud* KURZ, 2018, p.53)⁸.

⁸ MARX, Karl. 1965 [1894]. **Das Kapital**. Berlin.

A automação não leva, automaticamente, à emancipação. Disso Kurz já estava bem ciente. Ele afirmava que o colapso inevitável da forma de mediação social do capital encaminharia o mundo todo para um cenário dantesco de barbárie.

O que acontece, na verdade, são vários processos mediatizados em diferentes níveis. O primeiro deles é que a “a reprodução das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção” (LEFEBVRE, 2016, p.47). Há uma autonomização dos meios de produção, que são, cada vez mais, automatizados⁹. Tanto o processo de produção de mercadorias como o processo de angariação de dinheiro baseado no “capitalismo de cassino” da especulação financeira se sustentam agora num nível fantasmagórico que independe do emprego de mão de obra. Marx não poderia imaginar, em seu tempo, que o capital poderia sobreviver *sem* sua substância, que ele diz ser o *trabalho humano* (e sua medida, o tempo de trabalho). Ora, se, como afirma Postone, é no terreno do trabalho produtivo que se efetiva a dominação social do capitalismo, como essa dominação abstrata por uma estrutura constituída pelos próprios indivíduos continua a se colocar como sujeito de força hegemônica no mundo?

É a concatenação desses três autores que leva a uma encruzilhada realmente interessante: como o capitalismo sobrevive hoje? Aqui, parece-me que um dos anacronismos da formulação original de Marx deve ser suplantado pela reflexão que os três autores suscitam.

Marx compreendeu muitíssimo bem a racionalização que efetuava a dominação social, tal como ocorria no âmbito produtivo. Entretanto, esse poder alienado se dá em todas as esferas da vida, em todas as práticas sociais, enfim, no cotidiano. Não são apenas os meios de produção que ganham autonomia, mas toda uma estrutura monstruosa e impessoal que sobredetermina a prática cotidiana e domina as práticas que a criaram.

Com essa mudança, a dominação é cada vez menos circunscrita à relação direta do momento produtivo, passando a se confundir em todos os momentos, em toda a vida cotidiana, na medida em que a dominação social das classes subalternas acontece, hoje, em todo o terreno da vida, e não mais exclusivamente no momento do emprego, como Marx viu acontecer no século XIX. Ao contrário, no mundo contemporâneo, o emprego se tornou matéria escassa, e hoje milhões de indivíduos já não conseguem encontrar as condições de serem empregados – a expressão social mais disseminada já não é mais a da *sociedade do trabalho*, como foi na primeira metade do século XX, mas da sociedade do desemprego, do subemprego e até mesmo do trabalho escravo.

Não seria descabido sugerir que estaríamos, neste momento, às voltas já com um *pós-capitalismo regressivo* – mesmo que não conceitualizado. Entretanto, a meu ver, as determinações da existência continuam a ser comandadas pela forma social mais fundamental do capital, a mercadoria. Portanto, não valeria tentar encontrar uma passagem do capitalismo para *alguma outra coisa*, mas insistir que ele, hoje, é *uma outra coisa*, diferente do que foi até então.

A crise como categoria de uma *mediação social crítica*

A crise, em geral, é interpretada como uma categoria apenas circunscrita ao âmbito econômico. Ela é, portanto, interpretada como o momento de destruição de riquezas socialmente produzidas decorrente das próprias dinâmicas contraditórias do capital. Ainda que o capitalismo de cassino, que se tornou o modo de produção do capital contemporâneo, carregue em si uma tendência muito maior de incerteza, o que intensifica as perdas e os impactos

⁹ Marx, no capítulo sobre a grande indústria d’*O capital*, afirma diversas vezes essa tendência à automação no seio do conceito de capital.

econômicos, eu creio que a crise pode ser entendida também como uma categoria para designar uma *mediação social crítica*.

Assim, a crise, em um nível mais fundamental, não estaria ligada às contradições do desdobramento da forma do capital; ela não corresponderia de maneira imediata aos momentos extraordinários em que o capital se desvia da sua linha de crescimento. A crise, aqui, deve ser entendida como a expressão das contradições do capital. Sendo o capital uma forma histórica de mediação social, a crise é, a meu ver, exatamente isso.

Dessa forma, poder-se-ia dizer que não se trata de uma crise *econômica* propriamente dita, tampouco seria o caso, como afirma Kurz, de uma crise *do valor*. Penso que a identificação mais precisa da crise é a de uma *crise do capital*, ou seja, uma crise dessa mediação social. O desenvolvimento contraditório do capital coloca condições de dissolução das suas formas sociais historicamente constituídas. Portanto, não seria errado afirmar que a crise é uma parte imanente do capital. O conceito daquela está pressuposto no conceito deste.

Os sinais dessa crise ainda não eram completamente evidentes no momento em que o patamar técnico alcançado no ocidente durante os vinte anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, chamado por David Harvey (1996 [1993]) de modo de acumulação fordista, permitiu uma crescente incorporação de mão de obra até que a expansão dos investimentos levasse, não ao aumento da taxa de lucro, mas à sua queda. Isso resultou em estagnação combinada com a inflação, “estagflação”, que marcou a década de 1970 em todo o mundo (HARVEY, 1996; 2017; GRESPAN, 2012).

Todos os desdobramentos do capital, desse momento até a primeira década do século XXI, podem ser entendidos como tentativas – mais ou menos eficazes – de recompor a taxa geral de lucro. Entre eles, a alteração da composição orgânica com a mudança tecnológica profunda: “emprego generalizado de computadores; rapidez na transmissão de dados associada ao controle de informações; uso de robôs; o sistema de organização conhecido como ‘toyotismo’ (que possibilitou demissão de trabalhadores em massa)” (GRESPAN, 2012, p.14). Mas essas alterações impedem que se produza o efeito desejado sobre a taxa média de lucro exatamente porque reproduzem os problemas que foram colocados anteriormente.

O que acabou acontecendo foi a generalização da forma do mais-valor relativo. Os capitais, agora efetivamente globalizados, não podiam se dar o luxo de não aumentar a produtividade e a acumulação, sob pena de serem eliminados. A lei da concorrência é implacável. A forma de se fazer isso só poderia acontecer por meio dos ganhos de produtividade advindos da elevação da composição do capital, empregando mais recursos em maquinarias e menos em força de trabalho. A fração entre capital constante e capital variável se torna cada vez maior, o que faz com que a massa de valor disponível no sistema seja decrescente – a relação entre as duas variáveis é inversamente proporcional. Marx havia compreendido esse mecanismo e descrito o movimento contraditório do capital. Há, portanto, em Marx, uma teoria do colapso do capital – uma teoria que indica um limite interno e absoluto que evidencia uma tendência secular à dissolução do capital. Marx até poderia falar de forças contra-atuantes, da luta de classes ou do capital fictício, por exemplo, que garantiriam uma sobrevida ao capital.

Na verdade, quem extraiu uma teoria do colapso foi Robert Kurz (2014), anos mais tarde. Acompanhando a Quarta Revolução Industrial, da microeletrônica e da robótica, ficou demonstrado que, agora, já não haveria saída – o colapso do capital já despontava no horizonte, ficando evidente nas crises econômicas, mais frequentes e mais profundas, e na disseminação do “dinheiro sem valor”. Todo esse fenômeno é muito bem descrito e analisado por Kurz e seus colegas de pesquisa e intervenção, unidos em torno do grupo Krisis e Exit.

Mas, talvez, o mais interessante é que a entrada no século XXI representou também um processo de dissolução da forma social historicamente constituída de: i) mediação social; ii) da formação de identidade (individual e coletiva); iii) do reconhecimento intersubjetivo: o trabalho. Como bem lembrou Marx, ainda em 1844, no capitalismo, todo o trabalho – a atividade humana sensível, de transformar a natureza, o metabolismo sociedade-natureza – aparece sob a forma de emprego. Aqui, evidentemente, não podemos esquecer que há uma dialética da aparência e da essência, conforme descrito em Hegel: o essencial só tem efetividade na medida em que aparece. Dessa forma, aparecer sob a forma do emprego condiciona a própria “essência” da atividade humana, dando uma unidade entre as duas esferas.

Como explorado por Moishe Postone, a ideia de valor, em Marx, é uma categoria referente à dominação social que é perpetrada pelo tempo de trabalho a que as pessoas estariam sujeitas. A dominação engendrada pelo capital é a dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas que as próprias pessoas constituem. Marx procurou compreender essa forma de abstração, de dominação estrutural – que abrange e se estende além da dominação das classes –, com suas categorias de mercadoria, valor e capital. Ou seja, a realização da dominação estaria fundamentada na forma-valor da própria riqueza, uma forma de riqueza que confronta o trabalho vivo (os trabalhadores) com um poder estruturalmente estranho e dominador que Marx percebeu ocorrer exatamente no momento da produção, em que os indivíduos estavam nas fábricas despendendo o seu tempo no processo produtivo. Mas as mudanças tecnológicas que fazem com que se empregue menos trabalho humano não significam um recuo nas formas de dominação, senão uma dominação ainda mais intensa, também marcada pela sujeição dos indivíduos aos imperativos abstratos da reprodução da própria vida como uma mercadoria – a vida tornada vida nua, dominada o tempo todo.

“Desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda a sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho que pertence, portanto, à autovalorização do capital” – diz Karl Marx (2013, p.337), numa espécie de formulação muito mais abrangente, seguindo com sua ironia ácida característica: “Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo – e até mesmo no país do sabatismo – é pura futilidade”.

O crepúsculo da mediação social pelo emprego vem seguido da alvorada de novas formas de dominação, movimento que não impede o capital de continuar a se realizar. No horizonte não há qualquer sinal de emancipação. Pelo contrário. O cinismo, próprio da modernidade, quando o colapso anunciado da civilização burguesa despontou no horizonte, não hesitou em rifar as velhas salvaguardas ideológicas que um dia foram bravateadas pelos arautos do capital. Liberdade, igualdade, fraternidade não passavam de um embuste. O mesmo desfecho teve a ideia de justiça ou democracia, que não deixa de esboroar em todo o mundo.

O que vemos acontecer neste momento da história do capital é uma tendência secular de dissolução do que, historicamente, permitiu essa forma social existir. Entretanto, essa dissolução não indica o *fim* do capital, mas sua expressão é marcada por novas determinações de existência que estão subsumidas pela forma-mercadoria. Vivemos num mundo em que a forma de mediação social pelo trabalho como emprego está encolhendo, em que as salvaguardas ideológicas estão sendo retiradas, e em que até mesmo o reconhecimento intersubjetivo é impedido. A civilização do trabalho, baseada na cidadania salarial fordista-keynesiana e no consumo, que conseguiu durante muito tempo balizar o processo de subjetivação moderno com todo o arsenal de sonhos, anseios e expectativas circunscritas à unívoca ordem burguesa, ruiu.

Há que se reconhecer que Kurz merece mérito por ter exposto a relação necessária da crise interna ao próprio desenvolvimento do capital. Trata-se, nas suas palavras, de um “limite interno e absoluto” que levaria ao *colapso* dessa forma social. A análise de Kurz sobre as alterações nos processos produtivos e seus impactos na dinâmica do capital são fundamentais, muito embora sejam, evidentemente, por demais otimistas: Kurz achava que o capital já estava moribundo. Parece-nos que não é bem verdade.

Diante disso, cabe destacar que o capitalismo não indica o seu próprio fim por conta de um limite interno absoluto, já que sua estrutura de dominação parece poder ser reproduzida indefinidamente por intermédio das relações de poder instauradas e mantidas nos regimes de colonização, imperialismo, precarização e superexploração da força de trabalho – sempre renovados.

O limite do capital é o infinito, o que foi sumarizado por Postone (2016, p.508) em uma entrevista: “O capital ter limites não significa que vai se colapsar”. O limite do capital é o próprio capital. Como expôs Marx,

A universalidade para a qual o capital tende irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, barreiras que, em um determinado nível de seu desenvolvimento, permitirão reconhecer o próprio capital como a maior barreira a essa tendência e, por isso, tenderão à sua superação por ele mesmo (MARX, 2011, p.334).

O limite – interno e absoluto – do capital se comporta como certas funções matemáticas que têm o seu zero apenas no infinito. Esse limite é como uma curva assintótica. Por mais que se aproxime cada vez mais de um limite absoluto, só é possível alcançá-lo no *infinito*.

Marx (2013, p.295), no capítulo IV d’*O capital*, descreve como o impulso do capital é um “movimento interminável [*endloss*]”, ainda que o finito real esteja sempre colocado como potência. Ele identificava aí a própria característica específica do capital como um movimento perpétuo em que o seu começo coincide com seu fim, numa espiral que garante a infinitude desse movimento. Evidentemente que essa constatação não faz com que Marx (2011, p.418) ignore os limites [*Grenze*] e as barreiras [*Schranke*] que surgem no processo contraditório do desenrolar histórico do capital. Segundo ele: “O limite quantitativo do mais-valor aparece para o capital somente como barreira natural, como necessidade que ele procura incessantemente dominar e transpor.”

O capital, dessa perspectiva, põe seu próprio limite, mas essa delimitação está sempre e constantemente sendo empurrada para além. É um finito que se contrapõe a um infinito que é “*finitizado*” pelo movimento do capital e põe um novo infinito.

É esse o movimento paradoxal do capital que Marx (2011, p.334) tentou elaborar ao percebê-lo se “revolucionar constantemente ao derrubar todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais”. O próprio autor, entretanto, descreve, no parágrafo seguinte, que embora consiga “[...] superar *idealmente*, disso não se segue de maneira nenhuma que superou *realmente*”¹⁰. O desdobramento contraditório do capital só pode ser assim apreendido: um processo que coloca contradições para serem superadas, contradições essas que constantemente são novamente colocadas pelo seu próprio movimento.

¹⁰ Grifos do original.

Marx já havia formulado que o modo de produção do capital é um sistema crítico. Na verdade, crise e normalidade se confundem: “[...] estado de crise que se normaliza, [...] durável como estado normal” – diz-nos Henri Lefebvre (1978, p.214). Assim sendo, este momento crítico da mediação social que se convulsiona pode se prolongar de maneira indefinida, como um prólogo sem fim para o que Marx chamaria de estágio verdadeiramente humano.

Que o capitalismo tem limites é verdade, mas que esses limites são absolutos não o é. Diante da experiência que o século XXI propiciou, parece ser mais seguro pensar em um *limite infinito* do capital (CANETTI, 2019), que já não se preocupa com sua própria desubstancialização ou com os frangalhos que a sociedade do trabalho se tornou. Essa é a infinidade espúria do capital. A mediação social, sem as escoras do trabalho, em seu estágio crítico, é a própria disseminação da barbárie.

Crítica radical

A abordagem de Lefebvre, Kurz e Postone indica uma *necessidade* de se construir uma *crítica radical*. Esse ponto é um dos mais explícitos em que os autores prescrevem o imperativo deste tempo: seja Lefebvre (1959, p.9), ao expor a “necessidade de determinar a perspectiva de uma renovação da crítica”; Kurz (1993, p.12), que, no mesmo sentido, afirma existir “a necessidade de encontrar uma nova perspectiva da crítica e da emancipação que não procure aperfeiçoar o atual modelo de metabolismo social, mas o transcenda”; ou Postone (POSTONE, 2014, p.17), que apresenta a “necessidade de repensar as categorias fundamentais da sua [de Marx] crítica da economia política”.

Aqui, ao que me parece, temos que ser fiéis a um movimento negativo para uma crítica impossível ser possível. Para tanto, é fundamental criticar as formas historicamente determinadas em que a dominação abstrata do capital se realiza, e levar a termo seus desdobramentos, pensando que todas as formas sociais por meio das quais o capital, como universal, se realiza devem ser negadas. Forma-mercadoria, forma-valor, forma-trabalho e, se quisermos sair das primeiras 100 páginas do livro *O capital*, forma-estado, forma-jurídica, forma-propriedade, entre tantas outras.

Se não for dessa maneira, "poder-se-ia abolir o papa preservando-se o catolicismo" (MARX, 2013 [1867], p.162). Fica evidente, também, que a crítica de Marx não é apenas uma crítica ao modo de distribuição de riqueza (isto é, uma crítica à propriedade privada, ao mercado etc.), mas uma crítica, também, ao próprio modo e processo de produção que é subsumido à dimensão temporal do valor (que constitui a forma historicamente específica de riqueza capitalista, distinta da riqueza material e efetiva que, contraditoriamente, essa própria dimensão temporal do valor gera). Em suma, uma crítica à modernidade.

Dessa maneira, penso que os autores em questão convergem num ponto: todos tratam a teoria do capital de Marx menos como uma teoria das formas de exploração na sociedade moderna e mais como uma teoria social crítica da própria modernidade¹¹ e de suas categorias fundantes.

Um renovado paradigma para a crítica radical somente poderá ser desenvolvido por meio desse movimento negativo. Esse é o pressuposto para a libertação da crítica da sombra das formas sociais burguesas. Seria necessário, por assim dizer, uma antimodernidade e não suas versões alternativas ou pós-modernas.

¹¹ Para esclarecimento, poderíamos dizer que a modernidade não é um estágio evolutivo para o qual todas as sociedades estão direcionadas, mas uma forma específica de vida social que se originou na Europa Ocidental e que se desenvolveu em um complexo sistema.

Sendo assim, pode-se ler Marx como um crítico da modernidade e de suas categorias, não apenas do capitalismo (como sistema de distribuição), mas da relação social que ele engendra e, mais do que nunca, do seu fundamento, o trabalho. Nesse sentido, é importante ressaltar aqui que a trinca de autores em questão é crítica a esse fundamento que é a *substância do capital*. Não por outro motivo, Lefebvre (2017 [1986], p.2) afirma: “Realização do ser humano pelo trabalho e no trabalho? Não. Mas, o *fim do trabalho*. Isso tece, como tudo no mundo, seu início, seu apogeu e seu fim”. Kurz (1991) também indica a sua crítica na mesma direção: “Essa total superação do trabalho abstrato só é possível, em primeiro lugar, como superação do trabalho *tout court*, o qual não deve ser confundido com a atividade reprodutiva humana ou com o processo de metabolismo com a natureza; em segundo lugar, ela só é viável como superação direta do ‘produtor imediato’ e de toda a história que o teve como protagonista. O socialismo assim compreendido é uma impossibilidade lógica no interior da ontologia do trabalho.” O mesmo pode ser encontrado em Postone (2014, p.20), que diz: “O trabalho no capitalismo é historicamente específico e constitui as estruturas essenciais dessa sociedade”.

Acredito ser um ponto fundamental direcionar as baterias da crítica para essa forma determinada de mediação social. O trabalho deve ser *objeto* da crítica. Essa é a condição para uma *crítica radical*.

As estruturas sociais abstratas a que me referi são exatamente aquelas que formam e sustentam a realidade capitalista: as relações de trabalho. Vale lembrar, essa formulação já era, ainda que de maneira incipiente, algo que Marx ([1844] 2010, p.91) construía:

O trabalhador produz, portanto, a si mesmo, e o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria, é o produto do movimento total. O homem nada mais é do que trabalhador e, como trabalhador, suas propriedades humanas o são apenas na medida em que o são para o capital, que lhe é estranho. Mas porque ambos, capital e trabalho, são estranhos entre si e estão, por conseguinte, em uma relação indiferente, exterior e acidental, esta estranheza [*Fremdheit*] tem de aparecer como algo efetivo [*wirklich*]. Tão logo aconteça ao capital – ocorrência necessária ou arbitrária – não mais existir para o trabalhador, o trabalhador mesmo não é mais para si; ele não tem nenhum trabalho e, por causa disso, nenhum salário. E, aí, ele tem existência [*Dasein*] não enquanto homem, mas enquanto trabalhador, podendo deixar-se enterrar, morrer de fome, etc. O trabalhador só é, enquanto trabalhador, assim que é para si como capital, e só é, como capital, assim que um capital é para ele. A existência do capital é sua existência, sua vida, tal como determina o conteúdo da sua vida de um modo indiferente a ele.

Mais um passo é necessário na trilha da crítica. Marx não direcionou sua crítica apenas para o modo como a distribuição da riqueza ocorria na sociedade. Sua crítica está direcionada a um nível muito mais fundamental: ao próprio modo e processo de produção dos valores de uso que sustentam a reprodução da vida. O que o capital criou foi um modo de mediação social subsumido à dimensão do tempo abstrato, do espaço abstrato e do trabalho abstrato – enfim, de uma vida abstrata. Marx percebeu que essa forma de criação da riqueza material de uma sociedade era vinculada a uma riqueza abstrata. Dessa maneira, uma crítica que não coloca a superação dessas formas assume que se poderia continuar, indefinidamente, com essa forma de metabolismo social.

Em alguma medida, qualquer tentativa nessa direção deve partir de uma interpretação negativa das formas sociais vigentes. Marx, nesse quesito, operou uma crítica da ontologização das categorias burguesas que estavam sendo utilizadas. Escapava, ao mesmo tempo em que

fazia uma crítica imanente, das *robinsonadas* que outros economistas não se importavam em continuar a fazer.

O uso das categorias econômicas, em Marx, é, portanto, inseparável da sua crítica. A função que desempenham em seu sistema crítico é profundamente diferente das suas acepções “normais”. As categorias fundamentais mais básicas de sua crítica, expressas de maneira desenvolvida nos *Grundrisse* e no *Das Kapital*, referem-se a mediações específicas que esclarecem a natureza do poder do capital como determinação da dominação abstrata que é, pelo próprio capital, colocada em movimento.

Mas, depois de um século e meio, talvez fosse necessário passar o próprio Marx pelo mesmo escrutínio. Não por invalidez ou erro de seu pensamento, mas porque os tempos são outros. Assim como Marx fez um acerto de contas com a economia política vulgar e revelou o núcleo fundamental do fetichismo e da dominação abstrata por meio de suas próprias categorias, o mesmo impulso foi aplicado ao pensamento de Marx.

Considerações finais

É neste momento de uma crise *dupla*, tanto do marxismo tradicional quanto do capital, que os desafios para uma *crítica* ficam ainda maiores. A reflexão sobre as condições para uma *crítica* que possa fazer frente a essa *crise* é a urgência do tempo presente. Este artigo foi uma pequena contribuição de uma interpretação de certos autores que, a meu ver, podem fornecer subsídios importantes para o entendimento da realidade, bem como para refletir sobre as possibilidades de sua transformação de maneira radical.

Assim, com o fechamento do século XX, após uma série de revoluções em ruínas e de promessas despedaçadas, a questão para o século XXI é, ainda, a mesma: “como o capital sobrevive, em que pese sua irracionalidade própria, seu movimento contraditório e sua propensão à crise?”

É preciso dar um passo além do *marxismo tradicional*, alvo de críticas da trinca de autores aqui mobilizados na mesma medida em que criticam o capital. É impossível, neste contexto, continuar na insistência de certo marxismo de pensar a emancipação como uma continuação do processo de emancipação. Esse esforço obriga, portanto, a um reajuste das coordenadas do que pensamos como *crítica radical* e como *emancipação social*.

Dessa forma, neste momento, de uma experiência interdita diante do que parece ser o fim de linha da história – ironicamente, depois de achincalhar a tese de Fukuyama –, numa experiência em que a própria ideia de futuro parece dissolvida, a questão urgente é: o que significa uma crítica radical hoje?

Longe de ter a pretensão de resolver essas questões, o presente artigo buscou esclarecer alguns elementos para entender as dinâmicas recentes das transformações no regime de acumulação de capital e sua astúcia mefistofélica de reproduzir-se. Seria preciso construir uma teoria capaz de ser digna do adjetivo *crítica*, uma teoria à altura de seu tempo. Tarefa inconclusa e malograda, mas necessária. Este artigo foi uma breve tentativa de começar a arranhar tais questões.

Referências Bibliográficas:

ALTHUSSER, Louis. The crisis of Marxism. *Marxism today*, v.12, 1978, p.215-222.

ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- ARONOWITZ, Stanley. *The crisis of historical materialism*. Nova York: Bachelard, 1981.
- BADIOU, Alain. *Peut-on penser la politique?* Paris: Seuil, 1985.
- CANETTI, Thiago. *A condição periférica: crítica da economia política do espaço em paralaxe*. 2019. Tese (doutorado em geografia). Belo Horizonte: UFMG.
- CASTORIADIS, Cornelius. The crisis of Marxism, the crisis of politics. *Dissent*, 1992, p.221-225.
- GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996.
- HARVEY, David. *Ways of the world*. Nova York: Verso books, 2017.
- KURZ, Robert. A honra perdida do trabalho: o socialismo dos produtores como impossibilidade lógica. *Revista Krisis*, n.10, 1991. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz109.htm> Acessado em: 13 de Jan. de 2019.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernidade*. São Paulo: Vozes, 1993.
- KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, 2014.
- KURZ, Robert. *A crise do valor de troca*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- LEFEBVRE, Henri. *Le somme et le reste*. Paris: PUF, 1959.
- LEFEBVRE, Henri. *La Survie du Capitalisme*. Paris: PUF, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. *L'Etat*. Volume III. Paris: PUF, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. *Critique of everyday life*. Volume I. Nova York: Verso, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. Produção e reprodução. *Espaço e economia: revista brasileira de geografia econômica*, ano IV, n.8, 2017.
- LUKACS, Gyorgy. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *Grundrisse: esboço para a crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Volume I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. Carta a Arnold Ruge. Setembro de 1843. *Marxists Archives*, 2014. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/cartas/m09-43.htm> Acessado em: 08 de Jan. de 2019.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- POSTONE, Moishe. 2016. That Capital has limits does not mean that will collapse. Entrevista. *Crisis & Critique*, v.3, n.3, 2016, p.508-517
- TOPALOV, Christian. Trente ans de sociologie urbaine: Un point de vue français. *Metropolitiques*, 2013. Disponível em: <https://www.metropolitiques.eu/y-a-t-il-des-urban-studies-a-la.html> Acessado em: 06 de Jan. 2019.